

28/11/83

RUI MANUEL SANTOS DE OLIVEIRA
ENGENHEIRO CIVIL (U. P.)

Prezado Amigo

A propósito do texto das "Ações
Institucionais" que anexo torna a legar,
referências, alguns pequenos textos já
em tempo, apresentando a consideração
& crítica de todos.

Ação ser até a minha candidatura
próxima, pois me ainda não encontrei,



as críticas, fundamentadas por uma
alternativa. In loco, julho de 2005,
test-base e aberto, operacional.



Comunidade Cuidar o Futuro, sempre,

Meus também a notícias do J.N. heii importante o
artigo do T. N. S. ; muito mobil e combativo. Pereira & Oliveira

[Conteúdo / Antemarcas / Preocupados com os pontos
de alto rentáveis - Or looping. Os uss falham]

ÁREAS DE REFERÊNCIA
DOCUMENTO BASE

(grupo da Coord. de Lr.)
↓ Fons. Fer. (ajudado por MLP)

- I - Quadro de Referência: a sua necessidade
- II - Critérios de Intervenção
- III - Grandes Áreas Tema:

- a) - Área da Regionalização - do Poder Local -
- da Gestão de Recursos - do Ambiente
- b) - Área da Produção - do Consumo e das res-
pectivas articulações sociais, espaciais
e sectoriais *(falta área de estruturas
económica)*
- c) - Área dos Movimentos Sociais e da Transfor-
mação do Estado
- d) - Área da Cultura, da Comunicação Social e
do Ensino
- e) - Área das Relações Exteriores do Estado e
da Sociedade

- IV - Projectos Possíveis a Título de Exemplo

Proposta de Texto
Novembro de 1983



I. - QUADRO DE REFERÊNCIA: A SUA NECESSIDADE

incluir fonte o do est. Porto

1. - O reconhecimento mútuo dos elementos integrantes deste movimento processa-se não só pela coerência das suas diferentes formas de intervenção na prática social, mas também pela sua progressiva convergência em torno de um determinado ideário de sociedade. Para que tal convergência se aprofunde é necessário porém que ela se concretize, abordando diferentes aspectos da realidade de modo a evitar as discussões meramente ideológicas de projectos abstratos e os equívocos que lhe andam normalmente associados. Esta necessidade é tanto mais premente quanto os próprios sistemas ideológicos se mostram hoje incapazes de, pela erosão que experimentam, enquadrar e disciplinar as manifestações sociais emergentes da crise.

2. - A reflexão centrada sobre o modelo de desenvolvimento com o qual se pretende construir o futuro da sociedade portuguesa constitui uma boa oportunidade de contribuir para o aprofundamento acima referido.

De facto, um projecto de sociedade exige um modelo de desenvolvimento com ele coerente, assim como este para se efectivar requer a sua tradução em acções concretas e parcelares.

3. - A natureza globalizante de uma estratégia viável é ainda o meio mais adequado de polarização de diferentes agentes sociais que dificilmente se podem reconhecer na diversidade das formas de intervenção social, se a elas não subjazer um referencial comum. De novo nos confrontamos com a incapacidade de um projecto de sociedade polarizar por si só os diferentes agentes de transformação do quotidiano. Abre-se neste campo e a este movimento toda uma vasta gama de possibilidades de acção comum. Só uma perspectiva estratégica globalizante permite o reconhecimento das complementaridades.

4. - A área que neste momento se polariza, depurada e caldeada pelos eventos de 1974/1982, parece finalmente reconhecer-se numa perspectiva global em que as diferenças existentes entre as várias formações, grupos e pessoas - diferenças de vocação no tipo de intervenção, diferenças entre as experiências acumuladas - são contribuições positivas porque diversas e porque convergentes, surgindo como transfiguração de um mesmo projecto.

Factores decisivos dessa polarização poderão ser:

- . A consciência exacta das capacidades e das potencialidades dos diversos agrupamentos, tanto dos já presentes no I Encontro como dos que, embora referenciados, ainda não se integraram.
 - . A capacidade de avaliação das forças sócio-políticas e das instituições, que, sendo componentes da estrutura social portuguesa, poderão, em momentos determinados, constituírem-se aliados.
 - . A consciência adquirida da crise mundial e das mutações profundas em curso no mundo de hoje.
 - . Finalmente, uma perspectiva empenhada das transformações a realizar em Portugal, partindo da força de uma dinâmica cuja sabedoria se exprime quando solicitada a participar.
5. - Certos todavia de que os factores anteriormente enumerados não conduzirão, por si só, à consecução de soluções positivas e democráticas do "continuum" histórico português, esta área terá que se afirmar mais incisivamente no quadro social e também no quadro institucional, projectando, através deste último, propostas consistentes e efectivamente alternativas, pelas quais se irá estruturando o referencial necessário a uma mais alargada polarização dos agentes que, no cerne do tecido social, operam a transformação deste, de objecto em sujeito.

Por outro lado, cada uma dessas intervenções propiciará a melhor consolidação do projecto de que esta área é portadora, visto que o sucessivo tratamento dos temas centrais das intervenções implica que entre as diferentes componentes desta área tais temas sejam aprofundados e debatidos, ganhando assim consistência as formulações do projecto global.

II. - CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO

- . Incentivar a esperança, encerrando no curto-médio prazo o longo prazo.
- . Mobilizar social e politicamente, definindo as margens de transformação imediatamente possíveis.

. Pesquisar colectivamente as propostas alternativas, entendendo os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa como meios ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

1. - A contradição entre as opções de curto e de longo prazo tem constituído o denominador comum das dificuldades do exercício do poder por parte da esquerda. Se a esquerda centralista "resolve" esta questão subordinando pela força as carências do curto prazo aos objectivos longínquos, a auto-designada esquerda democrática perde-se em regra nas solicitações do imediato, uma vez que as não integra numa estratégia global coerente.

2. - O projecto de sociedade da área política em que este movimento se integra terá de assumir-se como radical face àquelas experiências, por que está em causa a transformação efectiva das condições de apropriação do quotidiano das populações.

Não comprometer o presente em nome do futuro, nem pelo contrário abdicar deste em função dos condicionalismos do imediato, requer a procura de um justo equilíbrio entre esses dois termos, polarizando as populações em torno de objectivos concretos.

3. - Uma estratégia de desenvolvimento, no seu sentido mais amplo de condição necessária para um projecto alternativo de sociedade, começa pois por ser uma proposta coerente de "gestão" do curto e médio prazo, o despertar necessário da energia vital de um bloco social directamente interessado na prossecução dos objectivos estratégicos.

4. - Enunciados que foram os princípios gerais a que deve subordinar-se a compatibilização das actuações sectoriais e de curto prazo com as opções desejáveis de longo prazo, importa que este movimento promova uma discussão alargada sobre as metas estratégicas concretas que se colocam à sociedade portuguesa e às suas componentes nele representadas. Das diferentes sensibilidades que o compõem e dos diversos meios de relacionamento com o quotidiano que nele se aglutinam resultarão por certo achegas importantes sobre o realismo e impacto das propostas de acção em torno das quais as complementaridades podem referenciar-se.

5. - Afirmar desassombradamente que não existem receitas milagrosas não significa que não se proponham ao movimento perspectivas concretas de discussão. Assim, a ênfase colocada no imperativo de uma gestão coerente do curto-médio prazo pressupõe desde logo que os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa sejam entendidos como meios, não desprovidos de potencialidades, ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

Precisemos esta proposta de discussão - os desequilíbrios como meios.

6. - Um diagnóstico de base que funcione como suporte de qualquer discussão sobre o modelo de desenvolvimento para Portugal não pode deixar de integrar as duas linhas de força seguintes:

- a progressiva degradação da posição mantida pela estrutura produtiva nacional na divisão internacional do trabalho;

- os desequilíbrios provocados pela concentração de uma parcela sensível de recursos humanos e materiais em zonas relativamente limitadas do território continental.

7. - Trata-se de dois desequilíbrios cujo alcance não se limita à realidade económica do País, mas que se projecta na sua realidade global pelas consequências que produz no plano das ideologias, no plano político e no plano social. Trata-se, por outro lado, de desequilíbrios de difícil hierarquização, dada a imperiosidade das carências que lhe correspondem.

O primeiro, devido ao permanente e cada vez mais ameaçador cutelo que paira sobre sectores que constituem tradicionais bolsas de emprego, considerada ^airrecusável abertura da sociedade portuguesa ao exterior. A imperiosidade desta questão limita-se a ser reforçada pelo espectro de adesão à CEE e não é, como vulgarmente se refere, despoletada por tal adesão. O reposicionamento da divisão internacional do trabalho terá de ser inelutavelmente pensado independentemente das modalidades de integração no espaço mundial das trocas.

O segundo conjunto de desequilíbrios assume relevo não menos particular por vários motivos:

- pela diversidade qualitativa de carências que provoca, balizada por dois extremos: as que são típicas das faixas de congestionamento populacional e as que caracterizam as zonas deprimidas com tendência para a desertificação económica;
- pela globalização que tal realidade concede a cada problemática sectorial, fazendo depender a sua correcção da inversão das tendências do MDEC (modelo de desenvolvimento em curso);
- pelo insuficiente aproveitamento de recursos nacionais ditado por aquele desequilíbrio; este fenómeno é sistematicamente reproduzido pela actividade privada que acompanha a configuração espacial de oportunidades de investimento existente e pelo sistema bancário que se limita compreensivelmente a acompanhar as leis de afectação espacial dos recursos em funcionamento.

8. - Finalmente, tendo em conta que a inserção na divisão internacional do trabalho é um dado inelutável, uma das questões com que o movimento não pode deixar de confrontar-se é pois de discutir que forma de estar na economia mundial se mostra mais compatível com as transformações internas pretendidas - exercício e aprofundamento da democracia.

E, por outro lado, ao exercício e aprofundamento da democracia como objectivo estratégico resulta certamente ao nível das opções económicas espaço bastante para integrar algumas questões:

- . qual o papel da esfera privada da produção?
- . com que agricultura podemos contar para uma opção estratégica de longo alcance? Que papel atribuir à pequena agricultura dominante?
- . como utilizar o sector empresarial do estado articuladamente com o sector de propriedade social (directamente ligado àquele objectivo estratégico) e sector privado da produção?

Certamente que o movimento em gestação não deixará de inventariar ao nível de outras políticas sectoriais questões tão decisivas como as que anteriormente foram sugeridas. Resultará desse debate um referencial novo em função do qual pode ser delimitada a margem de actuação possível quer para as medidas globais de indole económica e financeira, quer para as diferentes políticas sectoriais on

de por certo este movimento pode mais facilmente oferecer alternativas de implementação.

III. - GRANDES ÁREAS - TEMA

As questões essenciais que de uma forma instante e quotidiana se colocam à grande maioria dos portugueses - emprego, habitação, saúde e educação - radicam em problemas de fundas raízes estruturais que não podem ser resolvidas apenas através da afectação directa de recursos e da mobilização administrativa.

Deverão antes procurar-se os campos em que de forma decisiva e no curto-médio prazo podem ser accionadas transformações que conduzam à resolução dos grandes bloqueamentos que sufocam a evolução da sociedade portuguesa e portanto a resolução a prazo daquelas instantes questões.

Nesta perspectiva, consideram-se cinco áreas fundamentais, como referências decisivas de um processo de desenvolvimento.

A. - ÁREA DA REGIONALIZAÇÃO; DO PODER LOCAL, DA GESTÃO DE RECURSOS E DO AMBIENTE

Fundação Cuidar o Futuro

Numa primeira abordagem, entende-se que "regionalização" significará ou equivalerá a dizer, desenvolvimento equilibrado das regiões em ordem ao desenvolvimento harmonioso do território nacional no seu todo. Assim entendida, a regionalização deve ter como vectores:

- A descentralização, como componente política;
- O desenvolvimento, como componente económica;

sendo certo que a componente cultural deverá estar presente nos dois vectores.

Um processo de regionalização deverá contribuir por um lado para o aprofundamento da prática democrática contendo a participação consciente dos cidadãos na gestão do seu quotidiano, devendo por outro lado apontar para a correcção das assimetrias espaciais, económicas, sociais e culturais actualmente existentes.

De acordo com a relação "participação-correcção de assimetrias", há que aprofundar as linhas estratégicas em que se inserem questões parcelares passíveis de ser tratadas aos níveis mais simples de intervenção - freguesia, bairro, estruturas produtivas ou de consumo.

Em ordem à detecção das aspirações locais, através da auscultação permanente das necessidades das populações, acentuou-se a necessidade de signadamente da revitalização do associativismo e de acções a desencadear com as populações e não para as populações (inventariação de recursos e necessidades).

Nestas condições, as análises, as acções e as propostas que se referirem a esta área, devem entender-se

como meio para consolidar a prática democrática e alargar o seu aprendizado;

como meio para determinar os recursos e hierarquizar as carências;

como meio para planear e executar transformações que corrijam as assimetrias especiais e sectoriais;

como meio para vivificar culturalmente a sociedade portuguesa, sujeita no presente momento à acelerada massificação ideológica carregada pelos meios de comunicação de maior audiência.

Formulação que visa:

- 1 - permitir uma prática clarificadora das ambiguidades que o texto constitucional apresenta nesta matéria;
- 2 - traduzir-se em objectivos, programas e práticas que consubstanciem uma verdadeira reforma descentralizadora de poderes e competências.

B. - ÁREA DA PRODUÇÃO, DO CONSUMO E DAS RESPECTIVAS ARTICULAÇÕES SOCIAIS, ESPACIAIS E SECTORIAIS.

Esta área é concebida como a esfera multifacetada das relações económicas de produção e das relações culturais (doutrinárias, ideológicas, etc.) de dominação.

O impacto das alterações que a nova divisão internacional do trabalho vem impor a uma economia dependente, exige assumir os diversos agentes económicos como partes inteiras, participantes e responsáveis na resolução da crise.

O novo modelo de desenvolvimento deverá assentar numa efectiva reorientação da economia, estruturando-a a partir do pleno aproveitamento e valorização dos nossos recursos humanos e materiais, de modo a combater o deslocamento das capacidades produtivas para os circuitos paralelos e especulativos da actividade económica.

Entre outros parâmetros caberá dar importância às oportunidades de investimento e consequente criação de empregos em sectores tais como o agro-alimentar, a indústria de construção civil, e à consideração do papel estruturante do sector empresarial do Estado, das P.M.E's e da pequena agricultura dominante.

De uma forma muito específica, "quem trabalha precisa de saber o que produz e para que produz, a fim de não ser um agente passivo mas um sujeito activo, da reestruturação económica".

É neste sentido que, considerando os diferentes projectos sindicais em presença, a pulverização das organizações de trabalhadores e a partidarização do movimento sindical, competiria muito particularmente ao MAD contribuir para criar naquele um espaço de verdade.

C. - ÁREA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

No caso português, a Administração Pública é uma instituição que, pela sua pesada, tortuosa e descompensada orgânica, pode revelar-se fortemente desmobilizadora de esperanças despertadas para um projecto nacional, ao diferir e impedir acções dimanadas das instâncias executivas e legislativas. A gravidade da distorção que o gigantismo da centralização administrativa está a acarretar a todo o país é um factor que emerge de entre o conjunto das assimetrias nacionais e que deve ter tratamento autónomo.

Assim, na execução da perspectiva que propomos, tem que se estudar o funcionamento da máquina administrativa, analisando os respectivos programas, o apetrechamento legal que informa cada ministério e o relaciona com as administrações locais, e que define o âmbito das respectivas competências, os direitos do cidadão face à administração e os níveis de recurso que lhe competem.

Simultaneamente, os princípios éticos que nos regem, conduzem a estabelecer uma análise das causas da corrupção, da economia paralela, da criminalidade e da marginalidade.

A curto prazo, preconiza-se o lançamento de uma política de moralização da administração (máquina administrativa do Estado e institutos e empresas públicas). Mais do que reformular leis, e talvez muitas careçam de reformulação, há que procurar fazê-las cumprir, e isso passa pelo reforço sobretudo da integridade moral e da competência dos detentores do poder de decisão.

Na sequência de alguns aspectos focados no tópico anterior, todas as formulas que viabilizem a expressão da participação pública inscritas no quadro jurídico-administrativo do actual sistema, devem ser aproveitadas e exploradas.

Assim, na esfera do Poder Autárquico, ganham especial relevância os esquemas de participação das populações na elaboração dos Planos Gerais de Urbanização, nos Planos de Estruturação Urbanística, de Ordenamento e nos Planos Directores Municipais, bem como as capacidades potenciais do órgão Conselho Municipal, único organismo onde é assumida a representação dos interesses dos cidadãos enquanto tal, fora do quadro ideológico doutrinário.

Quanto à intervenção no domínio do poder central, não só devem ser consideradas todas as situações em que forem colocadas à discussão pública problemas específicos (v.g. o caso da energia, da regionalização e outros), como devem ser enunciados com a devida oportunidade posições concretas sobre assuntos momentosos sem excluir o pedido de abertura da discussão pública sobre temas de grande importância (v.g. adesão à CEE).

Parente pobre do pós-25 de Abril no que se refere à sua presença no quadro da democracia representativa, dado o exclusivo detido pelos partidos políticos, em muitas ocasiões o associativismo formal e informal dos cidadãos portugueses deteve papel significativo na história do país.

Também agora, na presente crise, a participação pública se afirma como motor do processo de desenvolvimento e como garante da subsistência do quadro democrático, porque o consolida e aprofunda, ao ganhar a sua carta de alforria.

As emanações orgânicas, sectoriais e regionais, do quadro associativo e as diversas expressões que as correntes de opinião assumem no corpo social, são dados integrantes de uma realidade mutável, e como tal agente determinante da sua transformação.



A ossatura complexa do quadro do associativismo presente no país, integrando a totalidade dos seus múltiplos aspectos - sindicatos, associações patronais, cooperativas, agremiações culturais, científicas e desportivas - e a sua distribuição geográfica, deve ser inventariada e analisada.

Também, por outro lado, devem ser cuidadosamente inventariados todos os organismos da Administração Pública, central ou local, com vocação, mesmo que parcial, de caixas de ressonância das intervenções que as populações e as suas emanações orgânicas forem executando na sequência de vários processos.

As subjacências sociais, designadamente as alterações das formas de relacionamento humano e do quadro familiar, devem ser perspectivadas em função de um arranjo social novo.

D. - ÁREA DA CULTURA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DO ENSINO

eliminar ponto 0.

Embora constitua também uma área prioritária, a cultura deve ser entendida como preocupação presente nas restantes áreas, dados os seus poderes de determinar acções de outra natureza e ainda porque constitui um discurso sobre as finalidades gerais de toda a acção social e sobre os princípios que regem as relações gerais entre essas finalidades e os respectivos meios, relações que devem estabelecer-se não só na subordinação última dos meios aos fins, mas ainda segundo uma dialéctica entre uns e outros. É, pois, necessário garantir, de variados modos, tanto horizontal como verticalmente, a plena participação do pensamento, da investigação e da imaginação a todos os níveis e sectores da vida quotidiana e a possibilidade das experiências desta chegarem a todos os sectores e níveis daqueles.

proemb. 2 pontos @ Loc.

A extrema independência criativa de escritores, artistas e cientistas não é incompatível com o senso das suas responsabilidades sociais, se se entender que nada, a este respeito, pode ser prévio ao acto da criação mas implícito no mesmo, como sua própria criação. Independência não é, pois, neutralidade: a invenção ou a descoberta científicas, artísticas e literárias são forma de fazer comunidade.

Nesse sentido, um estatuto de intervenção específica, semelhante ao de parceiro social, deve ser concedido, fornecendo meios de expressão pública a todos os cientistas, artistas e investigadores, na sua qualidade

de fermento decisivo numa massa que terá que ser levedada com a sua participação.

Por outro lado, as raízes histórico-culturais do país, mais do que preservadas, devem ser reconquistadas. A política de protecção do meio ambiente, do património monumental arquitectónico e artístico e da cultura popular, tem que ganhar foral de cidadania através da sua permanente presença em tudo quanto é acção planeada nas diversas esferas: na regionalização, no planeamento económico e no ordenamento territorial, na administração e na política externa.

ponto 1 Cecília
O grande poder da comunicação social pode ser usado para formar, informar e comunicar, impedindo-se a sua abusiva utilização como meio de degenerescência cultural e condicionamento de comportamento sócio-político.

ponto 3 Cecília
Com estatuto de relativa autonomia no que concerne aos seus agentes, o ensino, pelo seu lado, deve articular-se com as exigências de transformação necessárias à viabilização de um novo modelo de desenvolvimento e confrontar-se com os parâmetros culturais que dele decorrem.

As escolas, de instituições segregadoras de ideologia e doutrinas oficiais, admitirão a presença de alternativas propostas ao bloqueamento da situação portuguesa.

Anexo: ponto 3. est. Porto
E. - ÁREA DAS RELAÇÕES EXTERNAS DO ESTADO E DA SOCIEDADE

A orientação da política externa é a emanação natural das directrizes fundamentais da política interna, podendo o seu correcto exercício potenciar ajudas decisivas na consecução das transformações internas enunciadas.

A implantação cultural de Portugal no mundo é hoje factor condicionante de uma política de diversificação efectiva e prática das relações bilaterais, para além das que se desenvolvem com países de quem dependemos de modo mais flagrante, por forma a diluir e a travar essa situação de dependência.

Merecem ser privilegiadas as relações com os países de expressão portuguesa, num clima de total reciprocidade e profundo respeito pela soberania desses países, sobretudo devido à ligação que vários séculos fizeram sedimentar entre o nosso povo e os povos desses países.

A situação geográfica de Portugal permite, por outro lado, encarar a discussão da nossa integração em diversos níveis de espaços económicos e

políticos possíveis (CEE/EFTA, área mediterrânica - Europa do Sul/África do Norte -, espaço ibérico, etc) segundo a perspectiva comum de contribuir para a paz, para a liberdade dos povos e para a solidariedade entre as Nações.

Pela especificidade que lhe é própria, adquire particular relevo e importância a aproximação cultural com os países africanos de expressão portuguesa, levando em linha de conta os três fenómenos que se interrelacionam: colonização, descolonização e cooperação.

Assim, a par do estudo do lapso temporal que vai do fim da monarquia à época actual, seguindo os diversos aspectos da actividade humana naqueles territórios, deverá ser especificamente estudada a cooperação, com particular incidência nas indefinições do Estado português com os novos países e no significado estratégico das mesmas.

IV. - PROJECTOS POSSÍVEIS, A TÍTULO DE EXEMPLO

As cinco grandes áreas de referência atrás mencionadas permitem estabelecer a relação necessária entre a projecto colectivo de intervenção político-social e os naturais e especiais empenhamentos de cada um.

Enumeram-se alguns dos projectos já em curso, apontando-se as suas possíveis articulações e referências às áreas:

- Ecologia/Energia (Lisboa) - Área A/B.
- Contra o Fascismo no Quotidiano (Lisboa) - Área D.
- Sindicalismo e Cultura (Porto) - Área C.
- Florestas (Coimbra) - Área A.
- Etc., Etc..

Fundação Cuidar o Futuro

